



86
OK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 0324147-6 (0014394-13.2013.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Maurício Carlos de souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

e

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 0324147-6 (0014394-13.2013.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Maurício Carlos de souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. CINACALCETE (MIMPARA). PORTADOR DE HIPERPARATIREOIDISMO SECUNDÁRIO (DRE EM RD). APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 18 DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA, A QUAL FOI FIXADA EM R\$1.000,00. VALOR ADEQUADO. ASTREINTES MANTIDAS. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E IMPROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. O recorrente insurgiu-se contra a decisão interlocutória proferida pelo juízo da Vara da Comarca do Cabo de Santo Agostinho que, nos autos da ação de obrigação de fazer c/c antecipação de tutela, deferiu o pleito liminar, determinando que o Estado de Pernambuco fornecesse o medicamento CINACALCETE (MIMPARA) na posologia descrita no receituário médico, para o agravado, o qual é portador de hiperparatireoidismo secundário (DRE em RD), sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

2. A fundamentação do Estado foge da premissa contida na jurisprudência pacífica deste Egrégio Tribunal e com o disposto nos arts. 196, 197 e 198 da Constituição Federal e do preceituado nos arts. 2º, §1º e 6º, I, D, da Lei 8.080/90. A Administração Pública tem que assegurar as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos

3. Não há violação ao princípio da isonomia/igualdade, da reserva do possível e da separação dos poderes, visto que, o que se pretende com a presente decisão, é o



87

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

cumprimento pelo Estado, do seu dever de proteger e recuperar a saúde da população. Quando há um conflito entre exigências constitucionais formais e o direito à saúde, de regra, deve prevalecer este último

4. Aplicação da súmula nº 18 deste Tribunal: “É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial”.

5. Atente-se, sobretudo, que o Sistema de Saúde pressupõe uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, entendendo-se VIDA em seu mais amplo conceito, deverá ele ser fornecido”.

6. O recorrente solicitou a redução do valor das astreintes, o qual foi fixado em R\$1.000,00. Não se verifica excesso em tal valor, pois a multa tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, bem como de evitar a mora injustificada do demandado. A quantia aplicada está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos.

7. Recurso de Agravo conhecido e **IMPROVIDO** por unanimidade, restando prejudicado o Agravo Regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo nº 0324147-6 (0014394-13.2013.8.17.0000), em que figura como agravante o Estado de Pernambuco e agravado Maurício Carlos de souza, ACORDAM os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo, e declarar prejudicado o Agravo Regimental de fls. 54/57 nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



84

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 0324147-6 (0014394-13.2013.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Mauricio Carlos de souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

e

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 0324147-6 (0014394-13.2013.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Maurício Carlos de souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da decisão interlocutória proferida pelo juízo da Vara da Comarca do Cabo de Santo Agostinho que, nos autos da ação de obrigação de fazer c/c antecipação de tutela, deferiu o pleito liminar, determinando que o Estado de Pernambuco fornecesse o medicamento CINACALCETE (MIMPARA) na posologia descrita no receituário médico, para o agravado, o qual é portador de hiperparatireoidismo secundário (DRE em RD), sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Em apertada síntese, aduz o recorrente que não é obrigação da Secretaria de Saúde fornecer o fármaco pleiteado em razão dele não constar na lista dos fornecidos pelo Ministério da Saúde e por já existir política pública para tratamento da patologia do agravado. Alternativamente, pede a exclusão ou a redução do valor das astreintes.

Às fls. 45/49, decisão interlocutória desta relatoria que indeferiu o pedido de efeito suspensivo pleiteado pelo agravante.

O recorrente interpôs Agravo Regimental (fls. 54/57) contra a decisão interlocutória.

Em contrarrazões (fls. 63/67), o agravado pugna pelo não provimento do presente recurso.

Parecer da Douta Procuradoria de Justiça (fls. 71/76), opinando pelo não provimento do recurso interposto, para que seja mantida a decisão hostilizada em todos os seus termos.



82
A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Em síntese, é o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 12 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



SB

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 0324147-6 (0014394-13.2013.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Maurício Carlos de souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

e

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 0324147-6 (0014394-13.2013.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Maurício Carlos de souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Sabe-se que é inafastável a responsabilidade do ente público no sentido de prestar a assistência médica necessária aos cidadãos, sobretudo em virtude do comando constitucional.

É o que se depreende do texto constitucional inserto no art. 196:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

E da Lei nº 8.080/90:

"Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício."

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação."

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações: (...)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Examinando detidamente os autos, constato que a prova documental trazida pelo recorrido não deixa margem a qualquer dúvida quanto ao seu estado de saúde e ao direito de receber o medicamento pleiteado, visto que não tem condições financeiras para arcar com o custo do tratamento. Os laudos médicos evidenciam, satisfatoriamente, a necessidade do medicamento, até porque cabe ao médico identificar o problema e encontrar o melhor meio para um solucioná-lo.

Segundo informações, o agravado é portador de hiperparatireoidismo secundário (DRE em RD). Por esse motivo, a médica Tatiane Ribeiro Valério (CRM 14672), indicou a necessidade do uso do fármaco CINACALCETE (MIMPARA), na posologia descrita no laudo médico de fls. 26/26v, o que evidencia, satisfatoriamente, a necessidade do recorrido, até porque cabe ao médico identificar a doença e encontrar o melhor meio para um tratamento eficaz, não importando se há outros tratamentos, pois estes podem não ter a mesma eficácia do indicado pelo profissional de saúde.

Sendo a saúde direito de todos e dever do poder público, não se poderia permitir que um cidadão não recebesse o tratamento adequado por conta de alegações de cunho econômico ou burocrático, por mais que se reconheça a necessidade de observação dos regramentos formais, pois não se pode perder de vista que eles representam instrumentos e não um fim em si mesmo, havendo de ceder sempre que obstarem a promoção da dignidade humana.

Além disso, este Tribunal tem entendimento consolidado no sentido de que é dever do Estado fornecer medicamento ou custear tratamento para a população, conforme se depreende da leitura da Súmula nº 18:

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial."

Abaixo, julgado desta Corte de Justiça nesse sentido:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO. PACIENTE IDOSO. DOENÇA EM ESTÁGIO AVANÇADO. DEGENERÇÃO MACULAR. LUCENTIS. IMPOSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

90
df

MEDICAÇÃO GUERREADA, DEVIDAMENTE REGISTRADA PELA ANVISA. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSIÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE PRESCRIÇÃO QUE ESTABELEÇA PRAZO DURAÇÃO DO TRATAMENTO. RAZOABILIDADE. RECURSO QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa idosa (com 64 anos de idade), portador de quadro de edema macular em olho direito por trombose de ramo da veia central da retina, associado a Degeneração Macular, fazendo-se necessária a utilização do medicamento RANIBIZUMABE para controle da enfermidade (...) Esperar uma declaração literal garantindo 100% de certeza de sucesso do procedimento - como parece pretender o Estado - seria, no mínimo, antiético, além de juridicamente insustentável, posto que a obrigação do profissional da saúde é de meio, não de fim. A postura do médico, no caso, foi irrepreensível: prescreveu o medicamento que, no atual estágio da ciência, é aquele que tem se mostrado eficaz no tratamento de uma doença que não conta com uma farta disponibilidade de drogas efetivas no procedimento curativo. Quanto ao laudo médico que serve de suporte ao pedido em apreço, é de se ressaltar que, ainda que a prescrição médica em tela tivesse sido expedida por médico particular, com a devida vênias de quem exige a apresentação de laudo médico expedido por médico da rede pública de saúde, tal restrição, ao meu ver, não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico. (...) 6. O dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no caput do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional. Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição. (...) 8. A afirmação recursal da necessidade de observância do Protocolo de Diretrizes fixado pela Secretaria de Saúde soçobra quando cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, intrinsecamente envolvidos com a controvérsia dos autos. Tais direitos, de dignidade constitucional e da mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo. A melhor interpretação das normas jurídicas é aquela procedida conforme a Constituição, porque se coaduna com a integração daquelas num sistema hierarquicamente organizado. Assim, quando tomamos qualquer ato

ESK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

administrativo (portaria, protocolo, etc), devemos considerá-lo como regulamentador, não como carecedor de direitos fundamentais, sob pena de conferir a uma norma auxiliar um poder que nem Emenda Constitucional teria, qual seja, de derrogar cláusula pétrea. Corroborando esse entendimento o Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 18, que dispõe ser "dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".(...) 10. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

(TJPE - AGV 226516120128170000 PE 0024415-82.2012.8.17.0000 – Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público - 03/01/2013)

Destarte, em cumprimento ao preceituado na Constituição Federal e em nome da mais inteira justiça, deve o Estado de Pernambuco fornecer o medicamento requerido.

Em relação à alegação de possível ausência de recursos financeiros, vejo que o artigo 195 da Constituição Federal afirma que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, através de recursos advindos dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais constantes nos incisos I, II, III e IV. Já o artigo 198, §1º, afirma que o Sistema Único de Saúde, será financiado “com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.”

Como o dinheiro arrecadado vem da população, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de destinar um percentual mínimo aos programas de saúde, de acordo com o que preceitua o art. 198, §2º da Carta Magna e, logicamente, esse percentual arbitrado deve cobrir os gastos corriqueiros da máquina estatal, bem como os extraordinários.

É certo que os recursos do ente público não são inesgotáveis, bem como há outros cidadãos necessitando de medicamentos com urgência, mas o Judiciário deve sim compelir a Administração a cumprir com o seu dever, determinando-lhe que atue naquele caso concreto como deveria atuar em todos os demais, visto que nenhuma valia tem uma Administração Pública que sequer assegura as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos.

Pelo exposto, resta claro que não há que se falar em ingerência do Judiciário na esfera administrativa do Poder Executivo, nem de ausência de previsão orçamentária, e, muito menos, de violação dos princípios da isonomia/igualdade, da separação dos poderes e da reserva do possível.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

A2
d

Em relação ao pedido de exclusão ou redução das astreintes, vejo que o juiz “a quo” arbitrou a quantia de R\$ 1.000,00 a título de multa por dia de descumprimento. Não vislumbro excesso em tal valor, pois a multa tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, bem como de evitar a mora injustificada do executado.

A quantia aplicada está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos. Ademais, se o recorrente cumpre a obrigação judicial, não há porque temer o valor arbitrado, ao menos que uma redução o fizesse pensar no descumprimento da ordem, o que penso não ser o caso.

Segue decisão nessa linha:

CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CUJO SEGUIMENTO FOI DENEGADO VIA DECISÃO TERMINATIVA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. DEVER DO ESTADO EM FORNECER MEDICAMENTO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. IRRESIGNAÇÃO APENAS QUANTO AO VALOR FIXADO A TÍTULO DE ASTREINTES. DESCABIMENTO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1.(...) 3.É entendimento unânime do Superior Tribunal de Justiça a possibilidade de fixação de multa contra Fazenda Pública quando se tratar de prestação de fazer, que pode se dá de ofício ou a requerimento da parte. É de se ver como possível a fixação da multa, mesmo em face da Fazenda Pública, como forma de compeli-la a cumprir a obrigação de fazer. 4. No presente caso, o valor de R\$ 1.000,00 a título de multa, entendo que é viável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente, criança e que está sofrendo com as oscilações glicêmicas provocadas pela doença. O remédio ajudará a controlar os picos de hipo e hiperglicemia que podem provocar sérias complicações, inclusive, levando o paciente à óbito. (...) 6. À unanimidade, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

(TJPE - AGV 2796498 PE 0015183-46.2012.8.17.0000 - Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público – 13/09/2012)

Portanto, deve ser mantido o valor da multa diária arbitrada pelo juiz “a quo”.

Diante do exposto, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao agravo de Instrumento, declarando prejudicado o Agravo Regimental de fls.54/57, mantendo-se incólume a decisão vergastada.

Erik



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

93
v

É como voto.

Publique-se e intím-se.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator